

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3229.3101



Incentivos sem segurança jurídica

GOVERNO DE GOIÁS Desafio do próximo governador é garantir o retorno dos incentivos e benefícios em forma de mais empregos e evitar mudanças abruptas nas regras do jogo

Lucia Monteiro
lucia.monteiro@opopular.com.br

O Estado de Goiás já concedeu R\$ 45,1 bilhões em incentivos fiscais pelos programas Fomentar e Produzir e em crédito outorgado para empresas que se instalaram no Estado, de acordo com o Portal da Transparência do governo estadual. Elas geraram milhares de empregos e contribuíram para o desenvolvimento do Estado. Mas especialistas acreditam que esse retorno pode ser ainda maior. Pelo lado das empresas, eles acreditam que ainda ocorrem muitas mudanças bruscas na concessão de benefícios fiscais, sem aviso prévio, o que prejudica muito o planejamento dos negócios.

Somente neste ano, já foram cerca de R\$ 4 bilhões em benefícios concedidos. Fazer com que todo esse montante retorne para o Estado em forma de mais empregos e renda é outro desafio que o próximo governador de Goiás terá pela frente. Para o advogado tributarista Sidnei Pimentel, a Lei das Convalidações conseguiu acabar com a insegurança jurídica provocada pelas constantes ameaças aos incentivos fiscais já concedidos no Estado. Porém, ele acredita que ainda falta agilidade na aprovação dos pedidos de incentivo feitos pelas empresas.

O tributarista crê que também falta a equalização dos incentivos entre os Estados. "Pela lei, se outro Estado da mesma região conceder um incentivo, Goiás está autorizado a copiar-lo, mas isso não pode ser feito com um Estado de outra região, mesmo que faça fronteira conosco, como Minas Gerais", explica. Sidnei dá o exemplo do fêlão, cuja carga tributária é a metade da golana em Minas Gerais, mesmo com os incentivos dados por Goiás, que não pode fazer o mesmo por aqui. "Com isso, o produtor de lá é muito mais competitivo que o golano", destaca.

Outro gargalo importante em relação aos benefícios fiscais diz respeito à previsibilidade nas mudanças. Segundo o tributarista, é comum o governo criar um adicional na cobrança de um imposto de uma hora para outra, sem antecipação, o que altera o custo e o planejamento das empresas, inibindo muitos investimentos. Ele dá o exemplo do anúncio da recente prorrogação da devolução de parte da antecipação do fundo Protege, que foi feita em cima da hora.

Além disso, também há muita instabilidade em torno das regras que incidem

sobre os diversos programas de concessão de benefícios fiscais. "As coisas mudam em cima da hora, o que gera muita insegurança jurídica. A empresa que se planeja baseada em benefícios pode ser surpreendida", alerta. Recentemente, o governo anunciou várias mudanças na política de incentivos para cumprir determinações do Tribunal de Contas do Estado (TCE), o que afetou vários setores e provocou uma reação entre os representantes do setor produtivo, que acabaram negando algumas medidas.

Na visão do presidente da Associação Comercial e Industrial do Estado (Acieg), Euclides Barbo, a palavra benefícios precisa ser reavaliada. Os incentivos concedidos em forma de descontos no ICMS para as empresas devem proporcionar um retorno ao governo em forma de empregos e mais impostos. Por isso, segundo ele, esse retorno deve vir em forma de geração de empregos. "O Estado precisa avaliar as necessidades para a economia de cada região ao conceder os incentivos. É preciso avaliar melhor onde ocorre o maior retorno, principalmente em geração de empregos", alerta Euclides Barbo.

Para ele, é preciso haver um "norte", ou seja, uma direção para que os incentivos sejam usados como instrumento para isso. "Se eu quero me tornar o maior produtor de parafusos do País, por exemplo, num determinado prazo, preciso avaliar onde e quais empresas quero atrair para atingir esse objetivo", explica.

Já para as empresas já instaladas, cujos setores contam com benefícios fiscais para serem mais competitivas, um dos maiores problemas é a constante ameaça de quebra de contrato. O presidente da Acieg lembra que é comum as regras serem mudadas "no meio do jogo" e o governo dizer que, a partir de agora, não será mais assim. "Por conta de desajustes no orçamento, o Estado chega e pede para as empresas anteciparem um ICMS que só seria pago lá na frente", explica Euclides. Para ele, isso pode ser caracterizado como uma queda de contrato, o que gera muita insegurança jurídica. Um exemplo seria a cobrança do Diferencial de Alíquota (Difal), obrigando muitas pequenas empresas e arcarem com mais 7% de ICMS num momento de crise econômica e queda das vendas, sob a justificativa de proteger a indústria golana. "Isso elevou muito o custo de várias matérias-primas que não eram produzidas aqui".

Os maiores gargalos

Fazer com que o montante concedido na forma de benefícios fiscais retorne para o Estado na forma de geração de emprego e renda, com segurança jurídica, é desafio do próximo governador



Demora na apreciação dos pedidos de incentivo fiscal por parte das empresas interessadas em investir no Estado



Falta de direcionamento dos incentivos para regiões mais carentes de investimentos e falta de uma meta para a economia golana, baseada nestes benefícios.

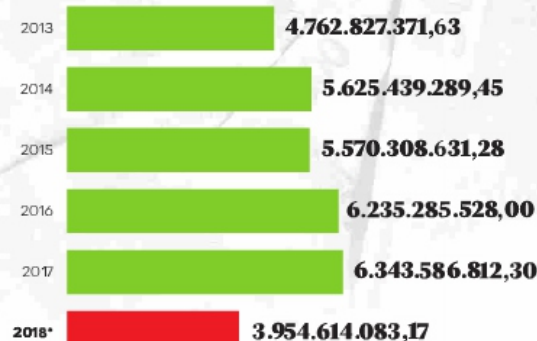


Concessão de um grande volume de incentivo para empresas que geram poucos empregos e proporcionam pouco retorno ao Estado



Mudanças abruptas nas regras dos benefícios concedidos a empresas já instaladas no Estado, caracterizam o quebra de contrato, afetando diretamente o planejamento destes negócios e causando insegurança jurídica.

INCENTIVOS CONCEDIDOS NO ESTADO: CRÉDITO OUTORGADO, PRODUIR E FOMENTAR



*até agosto



O Estado precisa avaliar as necessidades para a economia de cada região ao conceder os incentivos"

Euclides Barbo,
presidente da Acieg



As regras dos benefícios podem mudar em cima da hora, o que gera muita insegurança jurídica"

Sidnei Pimentel,
advogado tributarista

Crise afeta setores essenciais

FINANÇAS Falta de pagamento de serviços contratados pelo Estado gerou problemas na saúde, educação e segurança. TCE expediu alertas em decisões sobre as contas bimestrais

Galtieri Rodrigues
galtieri.rodrigues@opopular.com.br

A crise financeira do governo de Goiás não tem atingido apenas o Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo), que segue um plano de emergência após o termo de interdição aplicado pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Goiás (SRTE/GO). A dificuldade de pagamento de serviços contratados e indisponibilidade de quantias totais para honrar programas como o Bolsa Universitária, cujos repasses para as instituições de ensino estão atrasados, evidenciam uma situação que já atinge a saúde, a educação e até a segurança. Ontem, surgiu a notícia de que os equipamentos de scanner do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia estão desligados também por falta de pagamento.

O desabastecimento do Hugo chegou ao ponto em que o hospital ficou sem 112 tipos de insumos e medicamentos básicos para o exercício profissional e o atendimento de pacientes. A falta de repasses completos da Bolsa Universitária já se arrasta por seis meses. Os fornecedores de produtos alimentícios da merenda escolar estão sem receber há três meses, embora o serviço não tenha sido descontinuado, e a empresa responsável pelo funcionamento dos aparelhos de scanner (body scanner) nos presídios de Aparecida de Goiânia está sem receber há um ano. Toda essa situação se adia em momento sensível da gestão do Estado, pois coincide com o período eleitoral.

Em resposta ao POPULAR, a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) alega que é natural o surgimento dessas situações com a proximidade do fim do mandato. A pressão de fornecedores para recebimento dos créditos não seria uma novidade, na visão do governo, até porque, diante do cenário de crise econômica, a percepção de risco se amplifica. Por outro lado, relatórios e decisões do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) mostram que alertas vêm sendo dados com frequência ao governo sobre a necessidade de reajustes, estabelecimento de prioridades e cumprimento de investimentos mínimos estabelecidos por lei em áreas estratégicas.

As decisões proferidas este ano pelo Tribunal, referentes às análises das contas dos dois primeiros bimestres de 2018 notificam o governador do Estado para que ele se atente para a possibilidade de fechar o ano sem bater as metas. O investimento em educação e saúde, por exemplo, ficou abaixo do percentual determinado por lei no primeiro bimestre e, no período seguinte, foi destacada novamente a questão da saúde, diante do risco de se fechar o ano sem cumprir o estabelecido. As duas deci-



Equipamentos médicos estão depositados próximo a lotão de lixo comum no Hospital de Urgências de Goiânia

sões notificam ainda o secretário de Estado de Gestão e Planejamento para que seja avaliada a necessidade de redução de créditos orçamentários para garantir o equilíbrio econômico das contas públicas.

A Sefaz defende que o ajuste fiscal tem permitido o Estado honrar com os compromissos e manter as finanças equilibradas. "Caso a expectativa de receita venha ser frustrada, será preciso reavaliar contratos e cortar custos para adequar à realidade. Nesse contexto, contratos não liquidados podem ter suas previsões reduzidas, dentro do percentual permitido pela lei e sem comprometimento dos serviços e programas sociais que são prioridades", informa a nota enviada à reportagem.

RISCO

Pelo quadro que vem se formando, o procurador-geral interno do Ministério Público de Contas de Goiás (MPC/GO), Fernando Carneiro, aponta a chance real de descumprimento do Artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Desde segunda-feira, o Estado tem feito uma série de pequenos repasses para segurar as pontas nas áreas atingidas. Ao Hugo, foram repassados R\$ 5 milhões e está previsto para hoje o repasse de R\$ 10,23 milhões para a Bolsa Universitária. "É preciso saber de onde está sendo retirado esse dinheiro, porque pode estar gerando uma nova dívida", diz.

O Artigo 42 proíbe que, nos dois últimos quadrimestres do mandato, novas dívidas sejam feitas sem que possam ser quitadas integralmente dentro do mandato ou que gerem parcelas para o ano seguinte sem que haja dinheiro para tal finalidade.

Limitação começou a ser aplicada no Hugo

28

é o número de pacientes que foram encaminhados para o Hugo pela regulação municipal ontem das 7h às 19h30, número dentro da média

O Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo) começou ontem a adotar as medidas previstas no plano de emergência, elaborado para manter a unidade em funcionamento. Conforme a Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO), as admissões do ambulatório para as cirurgias eletivas foram limitadas e as internações foram autorizadas apenas em situações graves ou de necessidade imediata de cirurgias. A redução de atendimento nessas áreas fez com que os demais setores, conforme a secretaria, funcionassem normalmente.

A reportagem do POPULAR esteve no Hugo ontem à tarde. Na recepção, onde os visitantes são triados para fazer as visitas, havia uma funcionária auxiliando familiares, diferente de terça-feira (25), quando o setor estava com efetivo reduzido. Segundo colaboradores, todos os funcionários voltaram a trabalhar. Na emergência, havia fluxo de pacientes chegando e saindo, com aparente tranquilidade.

Entre o fluxo de entrada e saída, várias pessoas receberam alta ontem. Um destes foi José Lucas Meneses Santos, 26. Ele é filho da professora Eleidiane Cândida de Meneses Santos, 41. Segundo a mãe, José Lucas esperou 10 dias para fazer uma cirurgia no joelho. A operação ocorreu somente na terça-feira. "Faltava médico antes. 'Não tinha mais quebras, médicos, medicamentos e materiais', disse a pro-

fessora. Este, segundo a mãe, seria o motivo da demora para a cirurgia. A falta de medicamento também foi relatada pela doméstica Deuselia Oliveira Dias, 58, que acompanhou o filho, Thiago Oliveira Dias, 35. "Fomos bem atendidos", disse a mãe. A única constatação de Thiago foi a falta de Dtipirona. O medicamento antitêrmico inclusive afetou o bem estar do paciente que ficou internado nove dias na enfermaria.

Os carregamentos de insumos começaram a chegar ao hospital na quarta-feira (26), depois que o Estado fez repasses para repor os medicamentos. Segundo a SES-GO, não deu tempo de todos os itens chegarem à unidade, o que deve ocorrer hoje. Até então, já chegaram insumos, como fios de nylon, soro, antibióticos, analgésicos, gases, ataduras, fraldas, etc. Os estoques, que chegaram a ficar sem 112 itens básicos para o funcionamento da unidade só devem ser normalizados hoje. O recurso repassado, até então, garante o reabastecimento do hospital por 15 dias. (Daynel Godinho é estagiário do convênio GJC e PUC Goiás)

Recomendação conjunta do MP

Quatro promotorias do Ministério Público de Goiás (MP/GO), das áreas de Saúde e Defesa do Patrimônio Público, se juntaram para fazer uma recomendação conjunta ao secretário de Estado da Saúde e da Fazenda para que os repasses sejam regularizados. Decreto estadual de 2013 estabelece que os recursos provenientes do Tesouro Estadual e destinados ao Fundo Estadual de Saúde (FES) devem ser transferidos mensalmente, de forma regular e periódica, conforme cronograma da Sefaz. Em nota, a secretaria explicou que os repasses à saúde e outras áreas são feitos conforme o fluxo de arrecadação, em cumprimento à vinculação constitucional. Existem procedimentos em tramitação nas promotorias que apuram a falta de investimentos.

Scanners estão desligados

A dificuldade do Estado em cumprir com os compromissos financeiros também afeta a área de segurança pública em Goiás. Os scanners corporais usados na revista de visitantes no complexo prisional de Aparecida de Goiânia estão sem funcionar há quatro dias por falta de pagamento. A dívida com a empresa VMI Sistemas de Segurança já chega a R\$ 2 milhões com atraso de um ano nas parcelas pela locação de cinco equipamentos. A empresa, que tem sede em Minas Gerais, foi procurada pela reportagem e informou que os equipamentos não pararam de funcionar, mas foram desligados pela falta de manutenção. Segundo a VMI Security, os scanners são equipamentos que precisam de manutenção semanal ou quinzenal. Em alguns casos, se não passarem pela análise técnica, desligam automaticamente por questões de segurança. Como os pagamentos não estão sendo feitos, a empresa informou que as manutenções deixaram de ser realizadas. Assim, as máquinas foram desligadas pela falta de acompanhamento técnico. A Diretoria-Geral de Administração Penitenciária (DGAP) informou no final da tarde de ontem que o acordo com a empresa está sendo concluído e que os equipamentos (Body Scann), instalados na Penitenciária Ordenir Guimarães (POG), devem voltar a funcionar hoje. (Cristiane Lima)



BÚSSOLA

ELEIÇÕES

Goiás é o 5º com mais títulos cancelados

Goiás é o quinto Estado com maior número de títulos eleitorais cancelados do País, somando 219.426. Segundo a Justiça Eleitoral, no total, 3,3 milhões de eleitores não vão votar nas eleições de outubro porque não compareceram aos cartórios eleitorais para o recadastramento com identificação biométrica ou devido a outras restrições.



Programa Bolsa Universitária ameaçado devido à falta de pagamento

Sindicato das Entidades Mantenedoras do Ensino

Superior de Goiás diz que dívida do Estado chega a R\$ 60 milhões. Governo nega



Silvana Marta

Da editoria de Cidades

Mais de 200 mil alunos já concluíram curso superior através do programa Bolsa Universitária que é mantido pelo Governo Estadual através da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), com as participações das instituições privadas de ensino. Ao todo são 63 faculdades e universidades particulares na sua execução. Atualmente 20 mil alunos são beneficiados com o programa. A dívida atual perfaz o valor de 60 milhões de reais.

Entretanto, este projeto de alto alcance social está ameaçado de continuidade segundo o presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras do Ensino Superior de Goiás (Semesg), Jorge de Jesus Bernardo. O Bolsa Universitária é um programa idealizado pelo Estado de Goiás que concede bolsa parcial a estudantes com renda bruta familiar mensal de até seis salários mínimos e bolsa integral para universitários com renda bruta familiar de até três salários mínimos.

O estudante deve prestar serviço em instituições governamentais e não governamentais como contrapartida, com carga horária compatível com seus afazeres escolares e trabalho. Esta é uma oportunidade de atuar em favor de pessoas que necessitam de ajuda e, também, é a chance de aprendizado na área de atuação escolhida.

Segundo ele, as instituições de

“

Lamentamos, mas não nos restou outra saída a não ser levar ao conhecimento da população e dos estudantes a triste situação e as possíveis consequências que poderão advir.”

Jorge de Jesus

ensino que participam do programa estão vivendo um “verdadeiro caos” devido ao não pagamento feito pelo Estado. Já estão se completando seis meses em atraso (fevereiro, março, abril, junho, agosto e setembro) totalizando uma dívida que ultrapassa R\$ 60 milhões.

“Desde o início estamos mantendo contatos e dialogando com o governo estadual e sempre com a promessa de quitação da dívida, mas nunca o compromisso foi cumprido. Lamentamos, mas não nos restou outra saída a não ser levar ao conhecimento da população e dos estudantes a triste situação e as possíveis consequências que poderão advir”, salientou.

PROGRAMA PODE SER SUSPENSO NO ANO QUE VEM

Uma dessas consequências poderá ser a não continuidade do programa no ano que vem, o que fatalmente deixará milhares de alunos, com baixo poder aquisitivo, fora das salas de aula, interrompendo seus cursos. “Isso seria lastimável e inaceitável, provocando um sério problema social”, afirma Jorge de Jesus.

O fato, na verdade, provoca repercussão em vários ângulos, pois o programa funciona em um tripé: a instituição de educação superior, tanto privada quanto comunitária, o aluno e o governo. Atualmente, apenas dois lados estão funcionando: a instituição de ensino e o aluno.

Jorge Bernardo afirmou que as instituições de ensino irão cumprir a sua parte, ou seja, garantir o término do programa, que se dá no final do ano, para que os 26 mil alunos que participam do Bolsa Universitária não sejam prejudicados. Mas os reflexos deste rompimento vão além: trata-se do sonho do estudante beneficiado em finalizar seu curso superior, o que irá lhe trazer traumas indizíveis.

O atraso nos pagamentos vem colocando em risco o pleno funcionamento das instituições de menor porte, as quais são as mais afetadas financeiramente. Para receber o programa Bolsa Universitária do governo, elas investiram em aumento da estrutura física e de pessoal. De igual modo, o cumprimento de seus compromissos, como o pagamento de salários de trabalhadores fica comprometido,



Jorge de Jesus – Semesg

dentre outros problemas.

Segundo o presidente do Semesg, “até o final do ano as instituições vão garantir a execução do programa, sem qualquer prejuízo para os alunos beneficiados, mas a partir do ano que vem tudo vai depender do futuro governo. Esperamos que o futuro governo, quem quer que seja, inclua em seu plano a manutenção do benefício que não é um Programa de governo, mas sim de Estado, e um dos mais importantes do País no setor educacional”.

Outro agravante refere-se ao fato do Governo Estadual se comprometer em repassar às instituições o valor da matrícula do segundo semestre, que se por sua vez se comprometeram em repassar o valor da matrícula aos alu-

nos, uma vez que esta lhes foi cobrada. Até o momento não foi feito o repasse do mês de julho, o que levou os alunos a promover um protesto. A reação é em cadeia.

A execução do Programa Bolsa Universitária ocorreu normalmente até 2011, lembra Jorge Bernardo. Entretanto, durante o governo de Alcides Rodrigues, as instituições privadas de ensino foram obrigadas a aceitar um acordo para o pagamento de uma dívida em 25 parcelas sob a ameaça de que, caso contrário, só receberiam através de precatórios.

Deste modo, após uma reunião com as instituições de ensino envolvidas com o Bolsa Universitária, chegou-se à conclusão de que tornar público este problema seria o único caminho para

esclarecer à comunidade e principalmente aos alunos e às famílias envolvidas de que o programa está ameaçado, e que, infelizmente, se o governo não reagir, ele será extinto no final do ano.

RESPOSTA DO GOVERNO

Em resposta, o Governo de Goiás garante a continuidade do Programa Bolsa Universitária, que atende, atualmente, mais de 26 mil alunos em todo o Estado. Diz que nesta sexta-feira serão repassados às instituições de ensino R\$ 10,23 milhões, totalizando pagamentos de R\$ 27 milhões nos últimos três meses, garantindo que desta forma não haverá prejuízos para os estudantes e nenhum risco de descontinuidade.

LALIANE VERÍSSIMO



MP recomenda que Sefaz e SES regularizem repasses de verbas da saúde

Postado em 28 de setembro de 2018 às 7:11

O Ministério Público de Goiás, por meio da 53ª, 87ª, 88ª e 90ª Promotorias de Justiça de Goiânia, com atribuições nas áreas de Saúde e Defesa do Patrimônio Público, expediram recomendação conjunta aos secretários estaduais de Saúde e da Fazenda para que seja feita a regularização dos repasses do duodécimo da saúde. No documento é apontado que o Decreto Estadual nº 7.824/13 estabelece que os recursos provenientes do Tesouro Estadual e destinados ao Fundo Estadual de Saúde (FES) serão transferidos mensalmente, de forma regular e periódica, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz).

Além disso, é apontado que a Secretaria de Estado de Saúde (SES), gestora do SUS em âmbito estadual e do FES, também não tem realizado os repasses previstos no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como em outras normas estaduais, no que se incluem as transferências de recursos feitas fundo a fundo no âmbito do SUS aos municípios. Para os promotores, “esta situação configura ingerência da Secretaria da Fazenda na gestão da saúde e tem causado o desequilíbrio das contas da pasta, que se vê incapacitada de prover o planejamento e a execução das ações a que se encontra comprometida”.

Assinam a recomendação os promotores Marcus Antônio Ferreira Alves (53ª PJ), Marlem Gladys Jayme (em substituição na 87ª PJ), Vinicius Jacarandá Maciel (88ª PJ) e Fabiana Lemes Zamalloa (90ªPJ). O documento foi entregue na tarde desta quinta-feira (27/9) a ambos os secretários.

Procedimentos

Visando ilustrar esta situação, foram apontados exemplos de procedimentos referentes a esta má gestão. Na 53ª Promotoria de Justiça, está em tramitação o Procedimento Administrativo nº 201700303167, que trata sobre o desabastecimento de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica na Central de Medicamentos de Alto Custo Juarez Barbosa, possuindo ligação direta com a ausência de repasses ao Fundo Estadual de Saúde pela Sefaz.

Tramita na 87ª Promotoria de Justiça o Procedimento Administrativo nº 201800309962, que versa sobre falhas no atendimento por desabastecimento de medicamentos e insumos ocasionados pela falta de pagamento aos fornecedores em razão da falta de repasses orçamentários pela SES à organização social Gerir, que administra o Hospital Estadual de Urgências de Goiânia Dr. Valdeni Cruz (Hugo). Além disso, uma relação foi encaminhada ao Centro de Apoio Operacional da Saúde do MP-GO pela diretoria do Juarez Barbosa com a lista de processos de aquisição de medicamentos que foram encaminhados para emissão de empenhos, ou seja, estão aguardando a quitação por parte da Sefaz.

De acordo com os promotores, a recente interdição do Hugo por parte da auditoria do Ministério do Trabalho escancara a faceta do problema dos repasses inconsistentes por parte da Secretaria de Estado de Saúde aos prestadores de serviço.

Desse modo, foram recomendados ainda aos secretários a elaboração, publicação e estrito cumprimento de cronograma de repasses da Sefaz ao Fundo Estadual de Saúde nos moldes da Lei nº 17.797/12, de forma que os repasses sejam normalizados e mantidos com periodicidade mensal. Ao secretário Leonardo Vilela, foi recomendado também que, após a regularização dos repasses que, no prazo de 15 dias, regularize os repasses do duodécimo da saúde aos fundos de saúde de todos os municípios goianos, efetivando as transferências fundo a fundo mensalmente, de forma automática e com a periodicidade prevista em lei. Por fim, recomendou-se ao secretário a elaboração, publicação e estrito cumprimento de cronograma de repasses aos Fundos Municipais de Saúde, de forma que os repasses sejam normalizados e mantidos com periodicidade mensal.

No prazo de 10 dias, informações sobre as providências adotadas para a regularização dos repasses do Tesouro Estadual ao Fundo Estadual de Saúde, bem como dos repasses a todos os municípios goianos, deverão ser encaminhadas ao MP, sob pena de caracterização de ato de improbidade administrativa por violação a princípios constitucionais, como o da legalidade

OVG

Governo de Goiás garante continuidade do Bolsa Universitária

27/09/2018 13h41 Por Redação Edição 2254

Programa da OVG atende mais de 26 mil estudantes no Estado



Foto: Reprodução

Em nota emitida nesta quinta-feira (27/9), o governo de Goiás garante a continuidade do programa Bolsa Universitária, que atende, atualmente, mais de 26 mil alunos em todo o Estado.

Nesta sexta-feira (28/9), informa o comunicado, serão repassados às instituições de ensino R\$ 10,23 milhões, totalizando pagamentos de R\$ 27 milhões nos últimos três meses. Desta forma, não haverá prejuízos para os estudantes e nenhum risco de descontinuidade.

O programa demanda investimentos mensais de aproximadamente R\$ 8 milhões. O secretário da Fazenda, Manoel Xavier, afirma que, com o repasse desta semana, restará um saldo devedor de R\$ 35 milhões, que será pago nos próximos três meses. “Ao longo dos últimos 20 anos do programa, já tivemos momentos como esse, sempre honramos e vamos continuar honrando os compromissos assumidos”, destaca.

De acordo com o secretário, o governo tem uma relação de parceria com as instituições de ensino superior. “Temos uma relação aberta. Elas são de essencial importância para o desenvolvimento do Estado. Por isso, quero tranquilizá-las. Todo saldo devedor será quitado. Não haverá prejuízos para os empresários, muito menos para os estudantes”, enfatiza.

Em duas décadas de existência, o Programa Bolsa Universitária foi desenvolvido pela Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), com o suporte financeiro do Governo do Estado e já beneficiou mais de 190 mil estudantes em Goiás desde que foi criado, em 1999.

A iniciativa tem como público-alvo universitários comprovadamente sem condições de custear as mensalidades em uma instituição particular de ensino superior. O Bolsa Universitária é compatível com sistemas de crédito como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e com outras bolsas como as do Programa Universidade para Todos (Prouni), do Ministério da Educação.

O Bolsa Universitária concede bolsa parcial destinada a estudantes com renda bruta familiar mensal de até seis salários mínimos e bolsa integral para universitários com renda bruta familiar de até três salários mínimos. Como contrapartida, o estudante deve prestar serviço em instituições governamentais e não governamentais, com carga horário compatível com seus afazeres escolares e trabalho. A contrapartida é a oportunidade de atuar em favor de pessoas que necessitam de ajuda e, também, é a chance de aprendizado na área de atuação escolhida.